

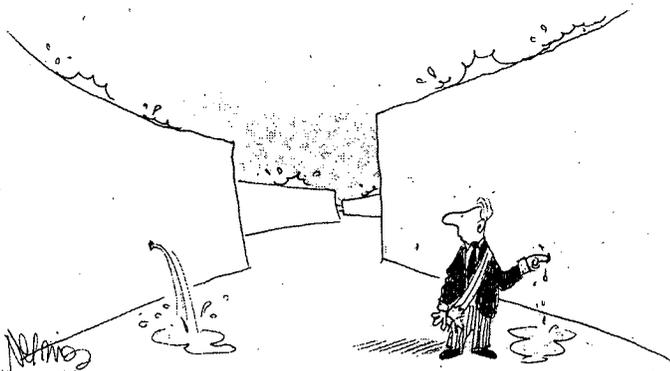
O dilema de FHC

PAULO SANDRONI

16 NOV 1994

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso encontra-se numa situação peculiar: sua grande bandeira — a queda da inflação, condição aliás que o elegeu — já foi de certa maneira alcançada. Agora sua missão é mantê-la em patamares muito baixos. Mas isto talvez seja mais difícil do que desfechar o golpe inicial no dragão inflacionário. A dificuldade aumenta ainda mais se lembrarmos que o presidente eleito tem um plano de governo ambicioso, que exigirá entre outras coisas a recuperação da capacidade de investimento da União e de maiores despesas com a manutenção dos serviços já existentes.

Acontece que, para concretizar este plano (o que inclui também a elevação do salário mínimo, uma melhor distribuição da renda e a promoção do crescimento da economia), entrará em rota de colisão com a manutenção da estabilidade de preços. A razão é simples: a estabilidade dos preços depende de uma taxa de juros elevada, de uma taxa de câmbio valorizada, de uma taxa de salários arrochada e do equilíbrio fiscal. Todos estes pilares já apresentam rachaduras, e sua manutenção conspira contra a retomada firme dos investimentos. Aliás, estas contradições já estão infernizando os momentos finais da gestão de Itamar Franco: é difícil engolir a desculpa de que a



PARA CONCRETIZAR SEU
PLANO DE GOVERNO, FHC ENTRARÁ EM
ROTA DE COLISÃO COM A MANUTENÇÃO
DA ESTABILIDADE DE PREÇOS.

medida provisória ampliando fortemente a base monetária para 17 bilhões de reais é apenas atendimento de uma exigência técnica oriunda da maior demanda de moeda por parte do público. É difícil acreditar que isso nada tenha a ver com a rolagem das dívidas dos Estados e com a delicada situação de seus agentes financeiros (os bancos estaduais) ou mesmo com o déficit fiscal, que deverá sofrer pressões adicionais neste final de ano com a aprovação — finalmente! — do Orçamento Federal de 1994.

As medidas contracionistas criando um compulsório para esfriar o consumo parece que até agora só tiveram por resul-

tado a elevação da taxa de juros e o respectivo repasse para os preços. Embora o consumo tenha se retraído um pouco, isto não ocorreu na medida esperada, o que significa que novas investidas serão necessárias neste âmbito.

O interessante é que, por mais que o ministro da Fazenda, Ciro Gomes, utilize palavras tão expressivas quanto ineficazes para redirecionar o comportamento de consumidores e empresários e crie desconforto no interior de sua própria equipe, o presidente eleito não poderá reclamar de nada. Nem criticar o presidente Itamar Franco, o homem que aliás lhe deu a chance de suce-

de-lo ou culpá-lo pelos problemas postergados, soluções precárias, ou considerar exagerados os "restos a pagar" que passarão de uma gestão para outra. De certa forma poderá repetir-se em nível federal — guardadas as devidas proporções — o que aconteceu no Estado de São Paulo na transição entre Quercia e Fleury: o primeiro elegeu o sucessor à custa de um governo praticamente falido. Este, de mãos amarradas nas dívidas e nos "restos a pagar", rompeu com o antecessor e empurrou com a barriga até o desastre eleitoral de Barros Munhoz.

Assim como Fleury, o presidente eleito sabe o que está herdando. Se a inflação voltar a patamares elevados, perderá todo o capital político-eleitoral acumulado. Nesse caso as condições de governabilidade estarão ameaçadas. Para que tal não aconteça, será necessário sacrificar grande parte do plano de governo tão recheado de esperanças e de metas auspiciosas. Este é o dilema que o novo presidente está enfrentando mesmo antes de assumir.

O AUTOR

Paulo Sandroni é
economista e
professor da PUC
e da FGV
de São Paulo

